

## A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

### THE IMPORTANCE OF SCHOOL PSYCHOLOGY IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL CONTEXT

### LA IMPORTANCIA DE LA PSICOLOGÍA ESCOLAR EN EL CONTEXTO EDUCATIVO BRASILEÑO

Antônio Zenon Antunes Teixeira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo discute a importância da Psicologia Escolar no contexto educacional brasileiro, evidenciando sua trajetória histórica, fundamentos teóricos e desafios contemporâneos. A análise demonstra que a área passou de um modelo tradicional, centrado na avaliação psicométrica e na identificação de déficits individuais, para uma abordagem crítica, preventiva e institucional. Essa transformação foi impulsionada por críticas ao caráter medicalizante da prática e pela incorporação de referenciais como Vygotsky, Piaget, Wallon, Saviani e Paulo Freire, que compreendem a aprendizagem como processo social, histórico e cultural. Assim, o psicólogo escolar deixa de atuar como diagnosticador e passa a desempenhar papel mediador, colaborando com professores, gestores, famílias e demais profissionais. Além disso, o artigo evidencia a importância do psicólogo na promoção da inclusão escolar, na mediação de conflitos, no desenvolvimento socioemocional e no fortalecimento de práticas pedagógicas acessíveis e democráticas. Destaca-se ainda o compromisso ético-político desse profissional com a superação das desigualdades educacionais e com a construção de ambientes mais acolhedores. Por fim, analisa-se a relevância da Lei 13.935/2019, que regulamenta a presença de psicólogos na educação básica, e discute-se a necessidade de investimentos e políticas públicas que garantam condições adequadas para sua atuação.

9945

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar. Educação Inclusiva. Desenvolvimento Humano. Mediação Pedagógica. Políticas Educacionais.

**ABSTRACT:** This article examines the importance of School Psychology within the Brazilian educational context, highlighting its historical development, theoretical foundations, and current challenges. The analysis reveals a significant shift from a traditional model—focused on psychometric assessment and the identification of individual deficits—to a critical, preventive, and institution-oriented approach. This transformation was driven by critiques of the medicalizing perspective and by the incorporation of theoretical frameworks such as those of Vygotsky, Piaget, Wallon, Saviani, and Paulo Freire, who understand learning as a social, historical, and cultural process. Consequently, the school psychologist moves from a diagnostic role to a mediating one, collaborating with teachers, administrators, families, and other professionals. The article also emphasizes the psychologist's crucial role in promoting school inclusion, mediating conflicts, fostering socio-emotional development, and supporting democratic and accessible pedagogical practices. Furthermore, it highlights the ethical-political commitment of school psychologists to reducing educational inequalities and improving the quality of school environments. Finally, the study discusses the significance of Law 13.935/2019—which mandates the presence of psychologists in public basic education—and underscores the need for continued public investment and policies that ensure adequate conditions for their professional practice.

**Keywords:** School Psychology. Inclusive Education. Human Development. Pedagogical Mediation. Educational Policies.

<sup>1</sup>Doutor em Ciências, Universidade Federal do Paraná.

**RESUMEN:** Este artículo analiza la relevancia de la Psicología Escolar en el contexto educativo brasileño, destacando su evolución histórica, sus fundamentos teóricos y los desafíos contemporáneos que enfrenta. Los resultados muestran una transición significativa desde un modelo tradicional, centrado en evaluaciones psicométricas y en la identificación de supuestos déficits individuales, hacia una perspectiva crítica, preventiva e institucional. Este cambio fue impulsado por críticas al enfoque patologizante y por la incorporación de marcos teóricos como los de Vygotsky, Piaget, Wallon, Saviani y Paulo Freire, quienes conciben el aprendizaje como un proceso histórico, social y cultural. En esta perspectiva, el psicólogo escolar deja de ocupar un papel exclusivamente diagnóstico y pasa a actuar como mediador, colaborando con docentes, gestores, familias y otros profesionales. Asimismo, el artículo resalta el papel estratégico del psicólogo en la promoción de la inclusión escolar, la mediación de conflictos, el desarrollo socioemocional y el fortalecimiento de prácticas pedagógicas democráticas y accesibles. Se destaca también el compromiso ético-político de este profesional frente a las desigualdades educativas. Finalmente, se analiza la importancia de la Ley 13.935/2019, que establece la obligatoriedad de psicólogos en la educación básica pública, y se discute la necesidad de políticas e inversiones que garanticen condiciones adecuadas para su actuación.

**Palabras clave:** Psicología Escolar. Educación Inclusiva. Desarrollo Humano. Mediación Pedagógica. Políticas Educativas.

## INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar constitui-se como uma área estratégica para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades sociais como o Brasil. Sua atuação, historicamente vinculada à educação, foi se transformando ao longo das décadas, acompanhando mudanças teóricas, demandas sociais e políticas públicas que influenciaram o modo de entender o estudante, a escola e os desafios educacionais contemporâneos. Em suas primeiras configurações, a Psicologia Escolar se apoiava em práticas de caráter clínico, centradas na avaliação psicométrica e na identificação de supostas falhas individuais dos alunos. Esse modelo adaptacionista predominou até meados do século XX e buscava “corrigir” dificuldades de aprendizagem como se fossem exclusivamente problemas internos aos estudantes, desconsiderando fatores sociais, culturais e pedagógicos presentes no contexto escolar (Patto, 1990).

A partir da década de 1960, e sobretudo após os debates críticos das décadas de 1970 e 1980, novas perspectivas começaram a questionar a lógica patologizante que tratava o aluno como o único responsável pelo fracasso escolar. As críticas de pesquisadores, educadores e psicólogos possibilitaram a reconstrução da área, abrindo espaço para abordagens que valorizassem o papel do meio social, da escola e das práticas pedagógicas (Machado, 1998).

Esse movimento foi impulsionado por teorias que compreendem a aprendizagem como processo histórico, social e cultural, entre elas a pedagogia histórico-crítica e as contribuições de autores como Vygotsky, Paulo Freire e Dermeval Saviani. O texto base enviado reforça justamente essa transição paradigmática, destacando que a Psicologia Escolar deixou de atuar apenas no âmbito clínico para desenvolver ações coletivas e contextualizadas no cotidiano escolar (Saviani, 2008).

Com essa mudança de eixo, tornou-se evidente que o fracasso escolar não poderia ser reduzido a déficits cognitivos, emocionais ou comportamentais do aluno, mas sim compreendido a partir de sua relação com as práticas pedagógicas, a gestão escolar, os recursos disponíveis e a própria organização social que marca a educação brasileira. Essa compreensão ampliada possibilitou ao psicólogo escolar atuar como mediador de processos, e não como “diagnosticador de falhas” (Patto, 1990). Nas últimas décadas, a Psicologia Escolar passou a se comprometer com práticas mais inclusivas, colaborativas e preventivas, abandonando gradualmente o modelo centrado no atendimento individual isolado. A inclusão escolar, por exemplo, emergiu como uma das grandes demandas do campo, exigindo do psicólogo uma atuação que envolva professores, famílias, gestores e demais profissionais da educação (Carvalho & Pedroza, 2018).

9947

Esse movimento de ampliação da atuação do psicólogo também está ligado ao reconhecimento de que o ambiente escolar é um espaço de múltiplas interações humanas, onde sujeitos constroem saberes, desenvolvem identidade e participam da vida social. Assim, compreender a dimensão psicológica presente nesse espaço implica reconhecer a complexidade que envolve a aprendizagem e as relações escolares (Patto, 1990). Além disso, a escola brasileira passou a enfrentar nos últimos anos desafios ainda maiores: a pluralidade cultural dos estudantes, o crescimento das demandas de saúde mental, a presença de conflitos familiares, a violência, a exclusão social e inúmeras barreiras estruturais que dificultam a permanência e o sucesso escolar. Essas questões reforçam a necessidade do psicólogo como profissional que articula conhecimentos para promover ambientes educativos saudáveis (Voltolini, 2011).

A Psicologia Escolar contemporânea não se limita a investigar processos cognitivos ou comportamentais; ela analisa criticamente o contexto social em que o aluno está inserido, reconhecendo que as condições externas têm impacto direto sobre sua trajetória escolar. Por isso, sua atuação precisa ir além de técnicas, alcançando dimensões políticas, éticas e humanizadoras (Meira & Antunes, 2003). Uma das contribuições mais significativas da área é

sua capacidade de identificar práticas escolares excludentes, muitas vezes reproduzidas de forma inconsciente. Isso compreende desde metodologias inadequadas até expectativas baixas sobre determinados grupos de estudantes, o que pode levar ao agravamento das desigualdades educacionais (Patto, 1990).

A presença do psicólogo na escola também se mostra fundamental na mediação de conflitos, na orientação de professores e na implementação de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa. Suas ações preventivas evitam que dificuldades se transformem em problemas graves, contribuindo para um ambiente escolar mais harmonioso. Outro ponto importante é a colaboração do psicólogo com a gestão escolar. Sua visão interdisciplinar permite auxiliar na elaboração do projeto político-pedagógico, no desenvolvimento de políticas institucionais e na criação de espaços de diálogo entre todos os membros da comunidade escolar (Mitjans Martínez, 2020). Nesse contexto, a Psicologia Escolar passou a se consolidar também como campo de pesquisa, produzindo conhecimentos sobre desenvolvimento humano, inclusão, formação docente, avaliação escolar e políticas educacionais. Essa produção teórica fortalece a prática, oferecendo subsídios para intervenções mais eficazes e fundamentadas.

É importante destacar ainda os avanços legais, entre eles a Lei nº 13.935/2019, que determina a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. Tal legislação não apenas reconhece a importância desses profissionais, mas também amplia suas possibilidades de atuação, garantindo que o trabalho psicológico faça parte das políticas públicas educacionais (Brasil, 2019). 9948

A presença do psicólogo na rede pública, portanto, não se trata de um recurso adicional, mas de uma necessidade estrutural para garantir a qualidade da educação. A escola é, antes de tudo, um espaço humano, e como tal demanda profissionais capacitados para compreender e intervir nas dimensões subjetivas que influenciam a aprendizagem (Nunes; Oliveira & Melo, 2019).

A Psicologia Escolar, com isso, assume um compromisso ético com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da formação integral dos estudantes. Seu papel vai além de solucionar problemas: ela atua de maneira preventiva, educativa e transformadora, contribuindo para uma escola mais democrática e inclusiva (Mitjans Martínez, 2020).

Diante desse panorama, torna-se essencial refletir sobre o lugar da Psicologia Escolar no contexto educacional brasileiro e sobre as possibilidades de ampliar sua atuação para enfrentar

os desafios contemporâneos. A escola que hoje se configura demanda profissionais capazes de compreender a complexidade das relações humanas e de atuar intersetorialmente. Assim, este artigo se propõe a analisar a importância da Psicologia Escolar na educação brasileira, destacando seus fundamentos, transformações históricas, desafios e potencialidades, com base nos referenciais teóricos e legais que estruturam a área.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

Analisar a importância da Psicologia Escolar no contexto educacional brasileiro, considerando seus fundamentos teóricos, histórico-evolutivos e desafios contemporâneos.

### **Objetivos Específicos**

Compreender a evolução histórica da Psicologia Escolar e suas principais transformações.

Identificar o papel do psicólogo escolar na promoção da aprendizagem, mediação de conflitos e prevenção de dificuldades.

Refletir sobre a contribuição da Psicologia Escolar para a inclusão, a gestão escolar e a 9949  
formação docente.

Discutir o impacto das políticas públicas, especialmente da Lei 13.935/2019, na consolidação da atuação do psicólogo escolar.

Evidenciar a relevância da atuação interdisciplinar para a construção de ambientes educacionais mais democráticos e humanizadores.

## **Fundamentação Teórica**

A Psicologia Escolar é um campo de atuação e investigação que se constitui na intersecção entre Psicologia e Educação. Sua construção histórica reflete debates sobre o desenvolvimento humano, a aprendizagem, a subjetividade e os processos sociais envolvidos na escolarização. No Brasil, essa área evoluiu significativamente a partir da segunda metade do século XX, impulsionada por mudanças pedagógicas e por críticas ao modelo clínico tradicional que predominava até então (Tanamachi & Meira, 2000).

A compreensão do desenvolvimento humano é um dos pilares da Psicologia Escolar. Autores como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon contribuíram para fundamentar

teorias sobre as etapas do desenvolvimento cognitivo, as interações sociais e o papel das emoções no processo educativo. Para Piaget, o desenvolvimento ocorre por estágios, e a criança constrói conhecimento por meio da ação e da interação com o ambiente. Embora seu modelo seja estruturalista, ele influenciou práticas pedagógicas voltadas à autonomia e ao protagonismo do aluno (Piaget, 1998).

Vygotsky, por sua vez, rompe com a ideia de desenvolvimento individual isolado, afirmando que a aprendizagem é mediada social e culturalmente. Sua noção de *Zona de Desenvolvimento Proximal* (ZDP) e o papel das interações sociais foram fundamentais para que a Psicologia Escolar passasse a compreender o aluno como sujeito inserido em práticas culturais e históricas. O psicólogo escolar, a partir dessa perspectiva, deve considerar o contexto sociocultural ao analisar dificuldades e potencialidades (Vygotsky, 1991).

Wallon também é referência importante ao destacar que o desenvolvimento é simultaneamente motor, afetivo e cognitivo. Essa compreensão integral reforça a necessidade de que a escola considere as emoções no processo educacional e de que o psicólogo escolar trabalhe com dimensões que extrapolam o cognitivo, incluindo a afetividade e a convivência (Wallon, 2007).

Além dessas contribuições, a Psicologia Escolar brasileira é fortemente influenciada pelas correntes críticas da educação, especialmente pela pedagogia histórico-crítica. Dermeval Saviani defende que a educação deve possibilitar a apropriação crítica dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Nessa perspectiva, a Psicologia Escolar não pode ser neutra: deve assumir compromisso ético, político e social com a democratização da escola (Saviani, 2008).

Ijaci Tonet e Lúcia Martins destacam que a pedagogia histórico-crítica reconhece que o desenvolvimento humano é condicionado pelas condições materiais e sociais. Assim, o fracasso escolar não pode ser reduzido a déficits individuais (Martins, 2016), que evidencia que muitas dificuldades escolares são produzidas por práticas pedagógicas inadequadas ou por desigualdades sociais.

Paulo Freire, outro grande referencial da educação brasileira, contribui com uma perspectiva humanizadora. Para Freire, educar é libertar, e a aprendizagem deve ser dialógica, crítica e transformadora. A Psicologia Escolar inspirada em Freire trabalha com a consciência crítica, o respeito ao contexto de vida do aluno e a promoção da autonomia. A escuta ativa e o diálogo são elementos centrais na atuação do psicólogo (Freire, 2019).

A partir desses referenciais teóricos, surge a compreensão de que a Psicologia Escolar deve superar modelos clínicos individualizantes que prevaleceram por décadas. Segundo o arquivo disponibilizado, essa atuação antiga se centrava na testagem, no diagnóstico e na classificação dos estudantes, reduzindo o fracasso escolar a problemas individuais. Conforme discutido em *Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Psicologia: Articulações entre Filosofia, Ciência e Subjetividade* (Teixeira, 2025), a consolidação da Psicologia como ciência e profissão também influenciou a formação da área escolar, revelando embates epistemológicos que ainda repercutem no campo educacional. Com os avanços teóricos e sociais, a Psicologia Escolar contemporânea passou a considerar que a aprendizagem depende de fatores sociais, pedagógicos, culturais e institucionais. O fracasso escolar, portanto, precisa ser analisado à luz de práticas pedagógicas excludentes, currículos descontextualizados, expectativas baixas de professores, desigualdades econômicas e falta de políticas públicas. Nesse sentido, a atuação do psicólogo escolar assume caráter preventivo, coletivo e institucional. Em vez de focar apenas no atendimento individual, o psicólogo atua no contexto mais amplo da escola, oferecendo suporte aos professores, contribuindo com a gestão escolar, promovendo ações inclusivas e mediando relações sociais (Patto, 1990).

A inclusão escolar é um dos grandes eixos teóricos da Psicologia Escolar contemporânea. 9951  
As políticas nacionais de educação especial defendem que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades devem aprender junto aos demais alunos, em escolas regulares. Essa perspectiva baseia-se nos princípios da convivência, da equidade e da participação social (Brasil, 2008).

A Psicologia Escolar, nesse contexto, tem o papel de orientar professores sobre práticas inclusivas, auxiliar na adaptação curricular e promover uma compreensão não patologizante das diferenças. O material avaliado enfatiza que o psicólogo deve evitar práticas que reforcem a ideia de que a dificuldade está apenas no aluno, e sim analisar o ambiente escolar e as barreiras presentes nele (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Outro fundamento teórico importante é a perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner. Esse autor afirma que o desenvolvimento é resultado da interação entre diferentes sistemas, como família, escola, comunidade e sociedade. Essa compreensão amplia ainda mais o campo de atuação do psicólogo escolar, que passa a considerar múltiplos contextos. A abordagem ecológica dialoga com a Psicologia Escolar ao destacar que o comportamento do estudante não pode ser compreendido apenas pela análise individual, mas



pelas interações entre diversos ambientes e relações. Assim, dificuldades escolares podem ter origem em conflitos familiares, problemas socioeconômicos, falta de expectativas positivas ou metodologias pedagógicas inadequadas (Bronfenbrenner, 1997).

A Psicologia Escolar também se fundamenta nas teorias da aprendizagem, como o behaviorismo, a abordagem cognitivista e as teorias humanistas. Embora algumas dessas perspectivas tenham sido criticadas, todas contribuíram para o entendimento da aprendizagem e inspiram práticas pedagógicas e intervenções psicológicas (Moreira & Masini, 1982).

As neurociências também começam a dialogar com a Psicologia Escolar contemporânea, especialmente no que se refere à compreensão de transtornos de aprendizagem, funções executivas e desenvolvimento cognitivo. No entanto, é fundamental evitar reduções biologizantes e patologizantes, lembrando sempre que a escola é espaço de mediação social e cultural (Cosenza & Guerra, 2011).

Outro elemento teórico central refere-se à mediação pedagógica. A Psicologia Escolar, ao compreender a aprendizagem como processo mediado, auxilia os professores a pensar estratégias que favoreçam o desenvolvimento, como o uso de recursos lúdicos, atividades colaborativas, metodologias ativas e práticas socioemocionais (Vygotsky, 1991).

A teoria da afetividade, especialmente influenciada por Wallon, reforça que a dimensão emocional é fundamental na escola. O psicólogo escolar deve considerar sentimentos de autoestima, pertencimento, medo, ansiedade e motivação, pois todos influenciam diretamente o processo de aprendizagem (Wallon, 2019).

Por fim, a fundamentação teórica que sustenta a Psicologia Escolar contemporânea aponta para a necessidade de uma atuação crítica, interdisciplinar, humanizadora e socialmente comprometida. O psicólogo escolar não atua apenas na correção de dificuldades, mas na construção de uma escola mais justa e democrática (Marinho-Araújo & Almeida, 2005).

Assim, a partir dos referenciais apresentados, compreende-se que a Psicologia Escolar é uma área complexa, multidimensional e essencial para a educação brasileira. Seus fundamentos teóricos sustentam práticas transformadoras que reconhecem o aluno como sujeito histórico, social e cultural, e que buscam promover uma escola mais inclusiva, ética e humanizadora.

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo-analítico. A escolha por essa abordagem fundamenta-se na necessidade de



compreender os fundamentos teóricos, históricos e conceituais que sustentam a Psicologia Escolar no Brasil, bem como analisar criticamente suas práticas, desafios e transformações ao longo do tempo.

A pesquisa bibliográfica é adequada ao objetivo do artigo porque possibilita o levantamento, a sistematização e a análise de produções científicas já consolidadas. Esse tipo de estudo permite revisitar teorias, identificar debates relevantes e interpretar diferentes perspectivas sobre o campo da Psicologia Escolar, oferecendo uma leitura aprofundada e contextualizada do objeto investigado.

Para a construção do referencial teórico, foram consultadas obras de autores clássicos e contemporâneos da Psicologia Educacional e da Educação, como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Lev Vygotsky, Lúcia Martins, Dermeval Tonet, entre outros. Esses autores contribuem para compreender a relação entre desenvolvimento humano, aprendizagem e práticas pedagógicas, aspectos centrais para a reflexão proposta.

Além das obras teóricas, foram analisados artigos científicos publicados em periódicos das áreas de Psicologia, Educação e Políticas Públicas. Esses artigos fornecem dados atualizados sobre a atuação do psicólogo escolar, sobre os avanços e limitações da área e sobre sua integração às práticas educacionais brasileiras.

## **Desenvolvimento**

A Psicologia Escolar, enquanto campo teórico e prático, tem passado por importantes transformações no Brasil. Suas mudanças refletem os debates pedagógicos, sociais e políticos que atravessam a educação, assim como o amadurecimento científico da Psicologia como profissão. Para compreender seu papel atual, é necessário analisar sua trajetória histórica, seus fundamentos, seus desafios e suas contribuições para o cotidiano escolar (Marinho-Araújo & Almeida, 2005).

A atuação do psicólogo escolar, em sua origem, esteve fortemente associada aos modelos clínicos, que tratavam o aluno como portador de déficits individuais. Esse paradigma baseava-se na testagem, no diagnóstico e na classificação de alunos, frequentemente rotulados como “inaptos”, “desatentos”, “indisciplinados” ou “com dificuldades de aprendizagem”. Essa visão reducionista desconsiderava o papel da escola, da família e do contexto social (Patto, 1990).

O material fornecido destaca que esse modelo permaneceu hegemônico até meados do século XX, quando se inicia um movimento de crítica dentro da própria Psicologia Educacional (Tanamachi & Meira, 2000). Pesquisadores e educadores passaram a questionar o papel

adaptacionista da área, que buscava ajustar o aluno à escola sem considerar possíveis inadequações do próprio sistema educacional.

Com o avanço de teorias sociointeracionistas, como as de Vygotsky, e críticas pedagógicas de Paulo Freire, surge a necessidade de compreender a aprendizagem como processo histórico, social e cultural. A Psicologia Escolar passa então a assumir uma postura mais crítica, reconhecendo o impacto das desigualdades sociais nas trajetórias escolares (Vygotsky, 1991; Freire, 2019).

Essa virada teórica representou um marco e permitiu que a Psicologia Escolar se afastasse do caráter patologizante, incorporando uma visão mais ampla do aluno como sujeito ativo, capaz de participar da construção de seu próprio processo de aprendizagem. Passa-se a considerar as condições objetivas de vida, o acesso a recursos, as práticas pedagógicas e a organização da escola (Martins; Abrantes & Facci, 2020).

Nesse novo paradigma, o psicólogo deixa de atuar apenas como “diagnosticador” e assume o papel de mediador, articulador e agente transformador. A atuação passa a envolver professores, gestores, famílias e outros profissionais, reconhecendo que as dificuldades escolares não podem ser compreendidas de forma isolada (Pereira-Silva et al., 2017).

No contexto escolar, a atuação do psicólogo deve contemplar ações preventivas, como 9954  
formação continuada de professores, orientação educacional e elaboração de estratégias de apoio aos alunos. Essa abordagem preventiva tem como objetivo antecipar situações de risco, evitando que dificuldades pontuais se transformem em problemas mais complexos (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A Psicologia Escolar assume também a responsabilidade de identificar práticas pedagógicas excludentes. Muitas vezes, a escola reproduz desigualdades sociais ao exigir dos alunos conhecimentos, repertórios linguísticos e comportamentos que não fazem parte de suas realidades culturais. O psicólogo deve auxiliar a equipe pedagógica a reconhecer esses fatores e a promover práticas mais inclusivas (Bourdieu & Passeron, 1975).

Outro aspecto fundamental refere-se ao papel do psicólogo na promoção do desenvolvimento socioemocional dos estudantes. A escola contemporânea enfrenta desafios relacionados à saúde mental, como ansiedade, depressão, automutilação, comportamento opositor, além de situações de violência e bullying. O psicólogo pode contribuir significativamente para o enfrentamento dessas questões (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Além de atuar diretamente com os alunos, o psicólogo desempenha papel importante na mediação de conflitos entre estudantes, professores e família. A escola é um espaço de convivência e, por isso, conflitos fazem parte do cotidiano. A abordagem psicológica auxilia na construção de diálogo, compreensão mútua e estratégias de resolução pacífica (Debarbieux & Blaya, 2002).

A Psicologia Escolar também participa da construção de políticas pedagógicas dentro da escola. A elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), por exemplo, pode ser enriquecida com contribuições do psicólogo, que ajuda a pensar processos de inclusão, desenvolvimento humano, convivência saudável e estratégias de promoção da aprendizagem (Veiga, 1998).

Outro ponto de destaque é a atuação junto a alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais. Com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a escola tem a responsabilidade de garantir acesso, permanência e aprendizagem. O psicólogo contribui para compreender as especificidades de cada aluno, orientar professores e articular recursos (Brasil, 2008). Contudo, é preciso cuidado para não retomar práticas que individualizam a deficiência. A Psicologia Escolar inclusiva atua de forma contextualizada, buscando eliminar barreiras no ambiente escolar e promovendo práticas pedagógicas acessíveis a todos.

9955

A inclusão escolar exige também a formação da equipe docente. Professores que nunca tiveram contato com educação inclusiva podem se sentir desafiados. O psicólogo escolar pode promover espaços de formação continuada, auxiliando na compreensão das diferenças, na construção de práticas colaborativas e na elaboração de estratégias pedagógicas mais acessíveis (Mantoan, 2003).

A formação docente é, portanto, um dos pilares da atuação psicológica na escola. Muitos professores não receberam, em sua formação inicial, conteúdos sobre desenvolvimento humano, diversidade, inclusão e saúde mental. O psicólogo colabora para preencher essas lacunas e qualificar a prática pedagógica (Tardif, 2014).

No âmbito da gestão escolar, o psicólogo contribui com avaliações institucionais, análises de clima escolar e sugestões de práticas democráticas. Uma escola que promove participação, diálogo e corresponsabilidade tende a apresentar melhores resultados de convivência e aprendizagem (Lück, 2013).

A atuação interdisciplinar também é fundamental no trabalho do psicólogo escolar. Ele deve dialogar com assistentes sociais, pedagogos, coordenadores, terapeutas ocupacionais,

fonoaudiólogos e demais profissionais envolvidos na vida dos estudantes. Esse trabalho conjunto permite compreender o aluno de forma integral (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A instituição escolar deve ser compreendida como espaço de mediação social, onde sujeitos vivenciam experiências de socialização, desenvolvem identidades e constroem conhecimento. Nesse sentido, o psicólogo escolar atua sobre as dimensões subjetivas, emocionais e institucionais que influenciam diretamente esse processo (Charlot, 2000).

A Psicologia Escolar também precisa enfrentar as demandas contemporâneas da sociedade digital. O uso excessivo de redes sociais, a exposição a conteúdos inapropriados e a hiperconectividade têm impacto na concentração, na autoestima, na socialização e no comportamento dos estudantes. A intervenção psicológica escolar deve incluir ações educativas sobre uso saudável da tecnologia (Livingstone & Haddon, 2009).

Além disso, a escola brasileira enfrenta desafios estruturais, como falta de recursos, turmas numerosas, violência urbana e desigualdade social. Essas condições afetam diretamente o cotidiano escolar e exigem do psicólogo uma postura crítica, sensível e comprometida com a transformação social (Arroyo, 2014)

Do ponto de vista das políticas públicas, a Lei 13.935/2019 representa um marco para a Psicologia Escolar, ao estabelecer a obrigatoriedade da presença de psicólogos nas redes públicas. Essa lei reconhece oficialmente que a qualidade da educação depende de ações psicológicas integradas ao cotidiano das escolas (Brasil, 2019).

9956

No entanto, sua implementação não é simples. Muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para cumprir a lei, seja por falta de profissionais, seja por ausência de investimento. Além disso, é necessário definir claramente o papel do psicólogo para evitar que sua atuação seja confundida com práticas exclusivamente clínicas (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A atuação do psicólogo na rede pública exige planejamento, organização e alinhamento com as políticas pedagógicas. Ele deve atuar em consonância com diretrizes educacionais e contribuir para a construção de uma escola democrática, inclusiva e socialmente comprometida (Marinho-Araújo & Almeida, 2005).

A prática psicológica escolar não deve ser compreendida como “solução para todos os problemas da escola”, mas como uma contribuição específica dentro de uma rede de responsabilidades compartilhadas. Sua atuação deve fortalecer a autonomia da escola e promover práticas coletivas (Tanamachi et al., 2000).

O psicólogo é também responsável por desenvolver pesquisas dentro da escola. A investigação científica permite compreender fenômenos como evasão, indisciplina, aprendizagem insuficiente, bullying e saúde emocional dos estudantes. Os dados produzidos orientam intervenções mais eficientes (Lüdke & André, 1986).

Os resultados dessas pesquisas contribuem para que a escola desenvolva políticas internas de enfrentamento ao fracasso escolar, promovendo novas estratégias pedagógicas e criando ambientes de aprendizagem mais acolhedores (Patto, 1990).

A Psicologia Escolar também deve atuar na promoção de valores éticos e humanos, como respeito, solidariedade, empatia e responsabilidade. Esses valores são fundamentais para a convivência e para a construção de um ambiente escolar saudável (Lickona, 1991).

Em uma sociedade marcada pelo individualismo, pela competitividade e pela intolerância, a escola torna-se espaço privilegiado para a promoção de valores humanos. O psicólogo escolar pode organizar projetos, oficinas e atividades que promovam convivência ética e cooperação (Delors, 1996).

Em relação à avaliação psicológica, é importante reafirmar que sua utilização na escola deve obedecer a critérios éticos. Testes não podem ser instrumentos de exclusão. A avaliação deve ter finalidade educativa e diagnóstica, contribuindo para o desenvolvimento do estudante e para orientações pedagógicas. A Psicologia Escolar deve manter compromisso ético, especialmente no que se refere à confidencialidade, ao respeito às diferenças, à não patologização de comportamentos e à valorização das potencialidades dos alunos (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

9957

Outro aspecto central é a perspectiva crítica que a Psicologia Escolar deve manter diante das desigualdades sociais. O fracasso escolar, muitas vezes, é reflexo de condições socioeconômicas precárias, falta de oportunidades, ausência de políticas públicas e desigualdades históricas (Patto, 1990). Portanto, o psicólogo escolar precisa compreender que seu papel é educativo e social. Sua atuação deve contribuir para que a escola assuma responsabilidade com a justiça social e com a democratização da educação.

Ao ampliar sua atuação para além do atendimento individual, a Psicologia Escolar fortalece a escola como instituição formadora de cidadãos críticos, conscientes e participativos. A educação de qualidade depende, entre outros fatores, da presença de profissionais que compreendam a complexidade das relações humanas (Libâneo, 2013). A partir dessas reflexões, compreende-se que a Psicologia Escolar, em sua contemporaneidade, é indispensável para a

construção de uma escola inclusiva, democrática e humanizadora. Seu papel é promover práticas pedagógicas transformadoras, apoiar professores, fortalecer vínculos e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

### **Análise Crítica dos Resultados**

A análise dos resultados teóricos levantados na pesquisa evidencia que a Psicologia Escolar passou por uma profunda reconfiguração nas últimas décadas, deslocando-se de uma perspectiva tradicionalmente clínica para uma abordagem crítica, institucional e pedagógica. Esse movimento não apenas ampliou o papel do psicólogo escolar, como também redefiniu sua função social dentro da escola. Os resultados permitem observar que a crítica ao modelo patologizante foi fundamental para reposicionar a Psicologia Escolar como área comprometida com as condições sociais, culturais e institucionais da aprendizagem. O material-base reforça que dificuldades escolares, anteriormente atribuídas apenas ao aluno, passaram a ser vistas como fruto de múltiplos fatores, incluindo práticas pedagógicas inadequadas e desigualdades sociais (Meira, 1997).

Essa mudança de paradigma contribui para uma compreensão mais ampla e complexa do fenômeno educativo. Ao considerar o contexto histórico e social, a Psicologia Escolar se afasta de interpretações individualizantes e se aproxima de perspectivas que valorizam a análise crítica das estruturas escolares e das relações sociais que permeiam o ambiente educativo. Os resultados também revelam que a atuação preventiva é uma das contribuições mais relevantes do psicólogo escolar contemporâneo. Em vez de esperar que dificuldades se “cristalizem”, o profissional age antecipadamente, auxiliando professores na construção de práticas pedagógicas inclusivas, identificando barreiras à aprendizagem e promovendo estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral (Mitijáns Martinez, 2020).

Verifica-se ainda que a atuação do psicólogo escolar se torna mais significativa quando integrada ao coletivo escolar. O trabalho interdisciplinar, envolvendo professores, gestores, assistentes sociais e famílias, amplia a eficácia das intervenções e reforça a ideia de que a educação é responsabilidade compartilhada (Marinho-Araújo & Almeida, 2005).

Em relação à inclusão escolar, os resultados indicam que o psicólogo escolar ocupa papel estratégico na promoção de práticas não segregadoras. A compreensão das necessidades educacionais deve ir além da rotulação dos alunos, incluindo a análise de barreiras pedagógicas, institucionais e atitudinais (Mantoan, 2003).

No entanto, a análise crítica demonstra que, embora a inclusão seja um princípio amplamente defendido, sua implementação enfrenta desafios práticos. Muitas escolas não possuem formação adequada, recursos pedagógicos ou apoio institucional suficiente, o que reforça a necessidade de um psicólogo escolar atuante, colaborativo e politicamente consciente. Outro aspecto relevante dos resultados é a constatação de que as demandas de saúde mental têm crescido no ambiente escolar. Problemas como ansiedade, depressão, agressividade e dificuldade de convivência aparecem de forma recorrente. A Psicologia Escolar tem o desafio de mediar essas questões, evitando intervenções que ultrapassem sua competência e articulando redes de apoio externo quando necessário (Marinho-Araújo & Almeida, 2005).

A análise também evidencia que o psicólogo, ao trabalhar com desenvolvimento socioemocional, contribui para a construção de ambientes mais saudáveis, pautados na empatia, no respeito e no diálogo. Esses elementos são essenciais para reduzir episódios de violência, bullying e conflito escolar. A partir dos resultados encontrados, torna-se claro que a atuação do psicólogo escolar deve estar baseada em fundamentos teóricos sólidos, como os de Vygotsky, Wallon, Piaget, Saviani e Freire. Os aportes desses autores sustentam práticas que valorizam a mediação, o diálogo, a historicidade e a humanização do processo educativo. No entanto, uma análise crítica também aponta que muitos psicólogos escolares ainda enfrentam dificuldades em romper definitivamente com práticas tradicionalistas. Em alguns contextos, a escola espera que o psicólogo exerça funções clínicas, como diagnósticos individuais ou atendimento psicoterapêutico — funções que não correspondem ao escopo da Psicologia Escolar (Tanamachi et al., 2000).

9959

Os resultados mostram que essa naturalização histórica do psicólogo como “resolutor de problemas” persiste em parte das instituições, o que evidencia a necessidade de formação continuada e de revisão das diretrizes institucionais. A Lei 13.935/2019 reforça esse entendimento ao estabelecer uma atuação voltada à educação e não ao consultório. Outro ponto crítico refere-se à falta de condições de trabalho. Em muitas redes públicas, um único psicólogo atende diversas escolas, o que compromete a qualidade da atuação. Assim, a política pública avança ao regulamentar a presença do psicólogo, mas ainda carece de investimentos estruturais que garantam sua efetividade (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A análise também revela que a Psicologia Escolar deve manter compromisso ético-político com a transformação social. Seu papel não é neutral, pois a escola é espaço marcado por desigualdades históricas. O psicólogo escolar precisa reconhecer essas contradições e atuar para



reduzir injustiças e promover equidade (Patto, 1990). Finalmente, os resultados demonstram que a Psicologia Escolar, quando alinhada a uma visão crítica e humanizadora, é capaz de fortalecer a escola como espaço formador de sujeitos autônomos, conscientes e participativos. Suas contribuições extrapolam a sala de aula e alcançam dimensões institucionais e comunitárias.

Assim, a análise crítica confirma que a Psicologia Escolar é essencial para a qualidade da educação brasileira, desde que sua atuação seja compreendida como prática social transformadora, fundamentada teoricamente e articulada com políticas públicas e demandas reais da escola.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que a Psicologia Escolar é um campo essencial para a qualificação da educação brasileira, especialmente em um contexto marcado por desigualdades sociais, desafios pedagógicos e crescente demanda por acolhimento socioemocional. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que a atuação desse profissional vai muito além de práticas clínicas tradicionais, assumindo dimensões educativas, preventivas, institucionais e sociais.

9960

A análise histórica demonstrou que a Psicologia Escolar passou por profunda transformação ao romper com o modelo medicalizante que predominou por décadas. O material-base reforça como a superação dessa lógica permitiu o surgimento de práticas mais críticas e integradas à realidade escolar, compreendendo o aluno em sua totalidade — cognitiva, afetiva, social e cultural — e reconhecendo que problemas escolares não são meramente individuais (Patto, 1990).

A revisão teórica evidenciou contribuições fundamentais de autores como Vygotsky, Piaget, Wallon, Saviani e Paulo Freire, que embasam a compreensão do desenvolvimento humano e da aprendizagem como processos históricos, sociais e mediados. Tais aportes fortalecem a atuação do psicólogo escolar, permitindo que esta seja pautada na humanização, na mediação pedagógica e na construção de ambientes educativos mais inclusivos.

Os resultados e a análise crítica mostraram que a prática contemporânea do psicólogo escolar deve ser coletiva, colaborativa e interdisciplinar. O profissional contribui significativamente para a promoção de relações saudáveis, para a prevenção de dificuldades de aprendizagem, para a mediação de conflitos e para a implementação de práticas pedagógicas mais democráticas.

Também ficou evidente que a inclusão escolar é uma das principais dimensões de sua atuação. O psicólogo tem papel estratégico na eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas e institucionais, apoiando professores e gestores na construção de práticas acessíveis e equitativas. Essa atuação reafirma o compromisso ético com a justiça social e com a garantia do direito à educação para todos.

Apesar dos avanços legais — especialmente a Lei 13.935/2019 —, a pesquisa revelou que existem desafios persistentes, como limitações estruturais, falta de profissionais, excesso de demanda e desconhecimento, por parte de algumas instituições, sobre o verdadeiro papel do psicólogo escolar. Tais obstáculos evidenciam a necessidade de investimento contínuo em políticas públicas, formação profissional e valorização da Psicologia Escolar como componente essencial da educação básica.

Outro ponto conclusivo diz respeito à necessidade de romper definitivamente com práticas que individualizam o fracasso escolar. A Psicologia Escolar crítica deve atuar para identificar fatores institucionais e sociais que produzem dificuldades, colaborando com práticas que valorizem o contexto dos estudantes e promovam equidade.

Assim, conclui-se que a Psicologia Escolar é indispensável para a construção de uma escola inclusiva, democrática e humanizadora. Sua atuação fundamentada, ética e transformadora contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalece o trabalho docente, qualifica a gestão escolar e promove ambientes mais acolhedores e favoráveis à aprendizagem. 9961

Dessa forma, a importância da Psicologia Escolar no contexto educacional brasileiro não se limita ao apoio a alunos com dificuldades, mas se estende à consolidação de uma educação comprometida com a emancipação humana, com a formação crítica e com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Psicologia Reflexiva Crítica 10 (2) • 1997.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf)>. Acesso em: 19/11/2025.

COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; UNESCO, 1996. Disponível em: <[https://dhnet.org.br/dados/relatorios/a\\_pdf/r\\_unesco\\_educ\\_tesouro\\_descobrir.pdf](https://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf)>. Acesso em: 20/11/2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2013.

LICKONA, Thomas. Educação do caráter: como a escola pode ensinar respeito e responsabilidade. São Paulo: Editora Atenas, 1991.

LIVINGSTONE, Sonia; HADDON, Leslie. Kids Online: opportunities and risks for children. Bristol: The Policy Press, 2009.

LÜCK, Heloísa. Gestão participativa na escola. Petrópolis: Vozes, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

MACHADO, Ana Maria; SOUZA, Marilene Proença Rebello (Orgs.). Psicologia Escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. Disponível em: <<https://mariahelenasouzapatto.site/wp-content/uploads/2022/05/Psi-Esc-em-busca-de-novos-rumos.pdf>>. Acesso em 19/11/2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 9, n. 2, p. 305-316, 2005.

MARTINS, Lígia Márcia. Psicologia Histórico-Cultural, Pedagogia Histórico-Crítica e Desenvolvimento Humano. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ABRANTES, Ângelo A.; MARTINS, Lígia Márcia (org.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 13-34.

MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Ângelo A.; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. *Psicologia Escolar: uma abordagem histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2020.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (orgs.). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. Disponível em: < <https://topicospsicologiasociall.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/machadopsicologosnaescola.pdf>>. Acesso em 19/11/2025.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. *Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais*. 1997. Tese (Doutorado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. *Psicologia Escolar e Compromisso Social*. Campinas: Alínea, 2020.

MOREIRA, Marco Antônio; MASINI, Elcie F. S. *Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Centauro, 1982. Disponível em: < <https://feapsico2012.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/11/moreira-masini-aprendizagem-significativa-a-teoria-de-david-ausubel.pdf>>. Acesso em 19/11/2025. 9963

NUNES, Ignez B. L.; OLIVEIRA, Artur B. F. & MELO, Aline G. *Psicologia escolar na escola pública: Desafios para a formação do psicólogo*. *Psicologia da Educação*, São Paulo, 48, pp. 3-11, 1º sem. de 2019. Disponível em: < [https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/45626?utm\\_source=chatgpt.com](https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/45626?utm_source=chatgpt.com) >. Acesso em: 19/11/2025.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990. Disponível em: < <https://repositorio.usp.br/directbitstream/od292c81-ade7-46bo-bf6b-7b2f28541ff6/3115407.pdf>>. Acesso em 19/11/2025.

PEREIRA-SILVA, Nara Liana; ANDRADE, Jaqueline Ferreira Condé de Melo; CROLMAN, Sarah Rezende; MEJÍA, Cristina Fuentes. O papel do psicólogo escolar: concepções de professores e gestores. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 3, p. 407-415, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pee/a/ZxWXRR7nYzmptF7qLqZpQfL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19/11/2025.

PIAGET, Jean. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Disponível em: < [https://www.academia.edu/32008590/A\\_psicologia\\_da\\_crian%C3%A7a\\_jean\\_Piaget](https://www.academia.edu/32008590/A_psicologia_da_crian%C3%A7a_jean_Piaget)>. Acesso em: 19/11/2025.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TANAMACHI, Elisabete Maria; MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

TANAMACHI, Elenita de Rício; PROENÇA, Marilene Proença Rebello; ROCHA, Marisa Lopes (orgs.). *Psicologia e educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, Antônio Zenon Antunes. Fundamentos históricos e epistemológicos da psicologia: Articulações entre filosofia, ciência e subjetividade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 11, n. 11, p. 8287-8305, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11n11.22671. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22671>. Acesso em: 27 nov. 2025.

WALLON, Henri. *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: < <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>>. Acesso em: 19/11/2025.

9964

VOLTOLINI, Rinaldo. *Educação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: < [https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X\\_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf)>. Acesso em: 19/11/2025.